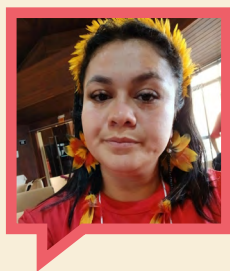


Protagonismo de jovens estudantes Kaingang: ser e trabalhar com o território



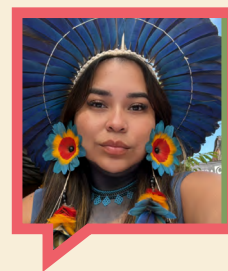
Ana Caroline Neres

Kaingang
Universidade Federal Tecnológica do Paraná



Regina Kosi S. de Quadros

Kaingang
Universidade Estadual de Maringá



Vanessa Fè Há Neres

Kaingang
Articulação Brasileira de Indígenas Jornalistas

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1651

A presença indígena nas universidades tem se tornado mais comum no Brasil ao longo dos últimos anos, fruto de políticas de inclusão. Os jovens Kaingang destacam-se em cursos de graduação e pós-graduação e ocupam as universidades como retomada de território (Ayres et al., 2023). O presente artigo apresenta um panorama geral acerca da relação entre jovens indígenas e suas aldeias, incluindo as perspectivas de três pesquisadoras que as habitam. A primeira discussão será trazida por Vanessa, apontando o papel das terras indígenas para os povos indígenas. Em seguida, Ana Caroline compartilhará a visão crítica de quem mora e pesquisa sua própria aldeia, baseada na experiência vivida. Por fim, Regina aponta para a impor-

tância da educação intercultural para o fortalecimento dos povos indígenas, apresentando seu trabalho com a juventude em seu território.

“A terra é o corpo dos indígenas e os indígenas são o espírito da terra”

Diferente da visão não indígena, que muitas vezes enxerga a natureza como um “recurso” a ser explorado, para nós indígenas a terra é mãe. Ela é quem nos alimenta, nos cura, fornece as ervas para fazer remédios e oferece a matéria-prima para nossas casas e artes. A aldeia não é apenas um lugar onde moramos; é onde residem nossos espíritos e onde nossos antepassados estão enterrados. Cada rio, cachoeira ou árvore antiga tem um significado espiritual. Exis-

te um senso de reciprocidade: nós cuidamos da terra porque ela cuida de nós.

Acreditamos que o território é habitado por seres que guardam a floresta. Nossa espiritualidade está conectada ao ciclo das chuvas, das colheitas e do tempo da terra. Sem o território, nossa cultura padece, pois não temos onde realizar nossos ritos de passagem, nossa identidade está amarrada ao chão que pisamos. Quando um indígena é afastado de sua aldeia, ele perde parte de sua alma. Infelizmente, nossa relação com o território é também uma relação de resistência. O marco temporal e as invasões de garimpeiros e madeireiros ameaçam esse equilíbrio. Lutar pela terra não é apenas lutar por hectares, “é lutar pelo direito de existir e de manter o mundo em pé”.

O próprio território como objeto de pesquisa

Minha trajetória está diretamente vinculada à minha vivência no território, às relações com minha comunidade e ao compromisso com o fortalecimento dos saberes ancestrais do meu povo. Minha pesquisa – “Conhecimentos ancestrais e práticas culturais Kaingang em uma perspectiva decolonial” –, foi construída dentro da terra indígena, não como alguém que observa, mas como alguém que vive, participa e compartilha dessas práticas. Assumir o papel de pesquisadora no próprio território indígena implica ocupar um lugar atravessado por múltiplas dimensões: política, afetiva, epistemológica e ética.

Enquanto indígena e moradora da aldeia minha pesquisa não se constitui como um olhar externo sobre uma realidade distante, mas um processo de escuta, vivência e reflexão a partir de minha própria experiência enquanto parte do território. Essa posição – ser indígena moradora e pesquisá-lo – tensiona os modelos acadêmicos tradicionais, que historicamente situaram os povos indígenas como objetos de estudo, e não como sujeitos produtores de conhecimento. Ao me reconhecer como pesquisadora, compreendo que meu trabalho está comprometido com as relações que constituem minha comunidade. Isso implica responsabilidade na forma como os saberes são compartilhados, respeitando limites, tempos e significados que nem sempre podem ou devem ser traduzidos para a lógica acadêmica. Assim, pes-

quisar não é apenas produzir conhecimento, mas também cuidar das relações, preservar memórias, valorizar conhecimentos ancestrais, reconhecer práticas culturais e fortalecer a identidade coletiva.

Ao refletir sobre essas práticas a partir de uma perspectiva decolonial, é possível reafirmar a legitimidade dos saberes Kaingang frente às estruturas hegemônicas de conhecimento, abrindo espaço para que narrativas historicamente silenciadas ganhem visibilidade dentro e fora da academia. Um exemplo foi o desenvolvimento de oficinas de cestaria com crianças da comunidade ao longo de seis meses. Essa atividade foi proposta como uma forma de fortalecimento cultural e de transmissão de saberes intergeracionais, para analisar essas ações e seus impactos. Essa experiência reforçou, na prática, a importância de criar espaços contínuos onde a cultura possa ser vivida no cotidiano, especialmente entre os mais jovens.

No Território Indígena Mangueirinha, um dos principais desafios para o fortalecimento dos saberes ancestrais está na ausência de espaços contínuos e estruturados para o trabalho com as questões culturais. Essa lacuna não é recente, mas de um processo histórico de colonização que produziu profundas marcas de desapropriação cultural e que, ainda hoje, não foram reparadas. Ao contrário, permanecem abertas como feridas que evidenciam a continuidade desses processos no presente. Entre essas marcas, destaca-se o enfraquecimento da lín-

gua materna, da cestaria, dos grafismos e da conexão com a natureza – elementos centrais para a continuidade cultural do povo Kaingang. A presença de não indígenas no território, associada a processos institucionais pautados por uma lógica eurocêntrica, contribuiu para a desvalorização desses saberes, fazendo com que, muitas vezes, os próprios indígenas passem a se perceber de forma inferiorizada. Trata-se de um efeito direto da colonialidade, que não atua apenas de forma externa e violenta, mas também de maneira sorrateira e silenciosa, operando nos modos de pensar, sentir e valorizar os próprios conhecimentos.

Educação como ferramenta de luta e resistência

Na atualidade, nós, povos indígenas, estamos vendo o impacto da educação para reafirmar nosso direito à terra, à educação, à saúde e à língua materna, tomados em 1500, quando os portugueses chegaram nesse território. Partindo desse contexto, decidi trabalhar com o ensino de História Indígena, entendendo que é um compromisso desconstruir estereótipos e valorizar o protagonismo dos povos originários. O ensino deve tratar esses povos não como “personagens do passado” ou “vítimas passivas”, mas como sujeitos políticos e culturais ativos que continuam moldando o Brasil. É essencial combater a ideia genérica do “índio” (singular e estereotipado). Os territórios indígenas cumprem essa função, uma vez que nossos próprios

alunos estavam acostumados com os estereótipos reproduzidos, principalmente o termo “índio”, perpetuado até pelos professores não indígenas nas escolas do território.

A Lei 11.645/2008 representa um avanço nesse sentido, por ser o pilar jurídico que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. Apesar de representar um avanço, é importante notar a evolução histórica. Em 2003, a Lei 10.639 focava apenas na temática afro-brasileira. Só cinco anos depois, incluiu formalmente os povos indígenas. Essas leis refletem o reconhecimento de que a identidade brasileira é fundamentada em um tripé – indígena, africano e europeu –, ainda que os dois primeiros tenham sido sistematicamente silenciados nos currículos. Isso não é um acidente histórico, mas parte de um projeto político de apagamento que se manifesta na educação, na mídia e nas leis. Destaco que a inclusão dessa temática só é obrigatória no ensino básico, deixando de lado as universidades, responsáveis em formar professores.

Escrever sobre a educação como uma forma de resistência exige apontar as causas da invisibilidade e caminhos práticos para a mudança. Infelizmente, o apagamento não está somente na sociedade branca, mas também dentro das comunidades, portanto trabalhar essa temática colabora com a formação da juventude indígena. Hoje vejo uma crescente no número de universitários no

meu território, um reflexo da importância da valorização de nossas próprias vozes, na criação de condições e disposição para que a sociedade não-indígena aprenda a nos ouvir.

Considerações finais

Ser pesquisadora no próprio território é um ato de resistência e afirmação. É reivindicar o direito de narrar a própria história, de produzir conhecimento a partir de outras epistemologias. Trata-se de um caminho que exige responsabilidade, mas abre possibilidades para uma prática de pesquisa mais ética, situada e comprometida com a vida coletiva.

Diante do contexto colonial nos territórios indígenas, os impactos não são apenas culturais, mas também sociais e políticos, especialmente no que diz respeito à juventude. A ausência de políticas públicas efetivas voltadas ao fortalecimento cultural e à criação de espaços de formação e pertencimento contribui para a falta de perspectivas e de inserção dos jovens em atividades que dialoguem com sua realidade. Entendemos que, se o Estado historicamente contribuiu para a produção dessas desigualdades e para o enfraquecimento da história indígena, é também sua responsabilidade atuar na sua reparação. A cultura e a educação apresentam-se como caminhos potentes para o fortalecimento da comunidade e para a construção de alternativas para a juventude. Mais do que um elemento identitário, o território se constitui como prática de resistência, de continuidade e de reexistência.

Organização e Edição do texto:
Ariadne Dall’acqua Ayres

Referências

AYRES, A. D.; BRANDO, F. R.; AYRES, O. M. Presença indígena na universidade como retomada de território. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. 1-19, 2023.